



Juiz de Fora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI MUNICIPAL Nº 8076 DE 11/05/92
JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS



EIXO 3

Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde

MUNICIPAL

1. Aplicação da educação permanente para todos os profissionais da saúde fomentando na construção de Escola de Saúde Pública pelo Governo Estadual nas macrorregiões.
2. Promover a imediata implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, enquanto dispositivo de articulação entre Macro e Micropolíticas na Atenção Primária em Saúde, como estratégia de desenvolvimento unificando à atenção e o acesso.
3. Descentralizar, para o nível regional de saúde, as ações de educação permanente da Escola de Saúde Pública de MG (ESP), para OS servidores públicos DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS, com garantia de acesso, buscando parcerias com profissionais da rede e Universidades, com participação do Controle Social.
4. Garantir que o acesso ao serviço público seja exclusivamente através de concurso, extinguindo a precarização do trabalho, visando o seu fortalecimento.
5. Criar cargos para as categorias não contempladas na saúde para o serviço público.
6. Reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução salarial, garantindo o piso salarial para todos os profissionais da área da saúde nas três esferas de governo, acatando a recomendação da OMS.
7. Ampliar o Departamento de Saúde do trabalhador DSAT/Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador/CEREST, com admissão, através de concurso público, de profissionais para acolhimento, promoção, assistência e vigilância nos ambientes, condições e organização do trabalho, como forma de reabilitação e prevenção das doenças e acidentes relacionados ao trabalho.
8. Combater o assédio moral e sexual no serviço público, bem como criar mecanismos de punição aos assediadores, visando o respeito e a saúde dos servidores



Juiz de Fora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI MUNICIPAL Nº 8076 DE 11/05/92
JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS



EIXO 3

Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde ESTADUAL

1. Promover a imediata implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, enquanto dispositivo de articulação entre Macro e Micropolíticas na Atenção Primária em Saúde, como estratégia de desenvolvimento unificando a atenção e o acesso.
2. Descentralizar, para o nível regional de saúde, as ações de educação permanente da Escola de Saúde Pública de MG (ESP), para OS servidores públicos DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS, com garantia de acesso, buscando parcerias com profissionais da rede e Universidades, com participação do Controle Social.
3. Criar cargos para as categorias não contempladas na saúde para o serviço público.
4. Garantir que as políticas de cotas étnico-raciais das universidades públicas sejam ampliadas, incluindo universidades privadas e escolas técnicas.
5. Reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução salarial, garantindo o piso salarial para todos os profissionais da área da saúde nas três esferas de governo, acatando a recomendação da OMS.
6. Combater o assédio moral e sexual no serviço público, bem como criar mecanismos de punição aos assediadores, visando o respeito e a saúde dos servidores



Juiz de Fora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI MUNICIPAL Nº 8076 DE 11/05/92
JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS



EIXO 3

Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde

NACIONAL

1. Promover a imediata implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, enquanto dispositivo de articulação entre Macro e Micropolíticas na Atenção Primária em Saúde, como estratégia de desenvolvimento unificando à atenção e o acesso.
2. Criar cargos para as categorias não contempladas na saúde para o serviço público.
3. Garantir que as políticas de cotas étnicos-raciais das universidades públicas sejam ampliadas, incluindo universidades privadas e escolas técnicas.
4. Reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução salarial, garantindo o piso salarial para todos os profissionais da área da saúde nas três esferas de governo, acatando a recomendação da OMS.
5. A 7ª Conferência Municipal de Saúde de Juiz de Fora/MG, realizada de 24 a 27/06/15, aponta voto contrário à Sanção Presidencial do PL 4330/2004 e favorável ao arquivamento em caráter terminativo na Câmara Federal e no Senado.
6. Combater o assédio moral e sexual no serviço público, bem como criar mecanismos de punição aos assediadores, visando o respeito e a saúde dos servidores.